



POR ENTRE MARIAS, GIRASSÓIS E MARGARIDAS: MULHERES, AGROECOLOGIA E HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

Ilsyane do Rocio Kmitta¹

Tania Regina Zimmermann²

RESUMO

Neste artigo objetivamos discutir os desafios da conexão entre mulheres na agroecologia e suas divergências em relação a instituição política da heterossexualidade compulsória. Para tal intento faremos uma pesquisa bibliográfica centrando nos debates sobre o tema a partir das categorias mulheres (Butler), heterossexualidade compulsória (Rich) e agroecologia (Leff). A autonomia dessas mulheres na agroecologia passa por rebelar-se contra instituições onde elas são controladas tradicionalmente, ou seja na maternidade, família nuclear, exploração econômica e heterossexualidade compulsória. O modo de se fazer o feminino imbricou numa conexão específica entre as mulheres e com a natureza cuja solidariedade, gratuidade, amizade reforça a sensibilidade e a justiça social.

Palavras-chave: Mulheres e agroecologia; saberes tradicionais; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

As conexões entre mulheres são as mais temíveis, as mais problemáticas as forças mais potencialmente transformadoras no planeta. (RICH, 1995)

Foi em outubro de 2020, que a Marcha Mundial das Mulheres, em sua 5ª Ação Internacional, cujo tema norteador foi “*Resistimos para viver, marchamos para transformar*”, faz emergir com toda força, em meio a pandemia da COVID 19, as discussões e debates, diálogos e projetos com enfoque na agroecologia. A vida pulsando apesar da dor da perda ocasionada pela pandemia que assola a humanidade.

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. e-mail: kmitta.sy@gmail.com

² Doutora em História Cultural pela UFSC e professora associada da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, na graduação em História e pós-graduação em Educação. E-mail: taniazimmermann@gmail.com

As discussões e debates sobre sustentabilidade e agroecologia afluíram mais intensamente nas últimas décadas do século XX e décadas iniciais do século XXI, como um caminho possível de construção coletiva de uma filosofia de vida que valorize e integre, a partir de formas de pensar e constituir uma sociedade, relações justas, equilibradas, igualitárias e comunitárias entre as pessoas e sua relação com o meio ambiente. Esse equilíbrio e *modus vivendi*, contribuindo para novas visões de mundo, de estilo de vida, de pequenas ações cotidianas, de práticas produtivas, de consumo consciente e construção de relações sociais mais inclusivas.

Ao falar em agroecologia é preciso falar de relações sociais, desigualdade, equidade e justiça social. Afastando-se gradativamente do consumismo, da visão tecnicista e cientificista, economicista que perfaz as organizações e instituições, inclusive no universo acadêmico, que deveras, reduz a agroecologia a um modelo de produção diferenciado. Entende-se que não basta apenas reduzir e substituir biocidas e adubos químicos por insumos agroecológicos ou orgânicos na produção. A agroecologia, como bem pondera Altieri, fornece uma “estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam” (2004, p. 23).

Ademais, é fundamental o entendimento que as relações estabelecidas entre homens e mulheres, entre gerações, elas veem resignificando as conexões entre urbano e rural, campo e cidade e propiciando construções de ideais e mundos possíveis, com base na agroecologia que permite construir autodeterminações e orientações múltiplas de coletividades e cooperação articulando estratégias e caminhos para o enfrentamento do agronegócio que atendendo aos ditames da agro exportação deixa rastros de degradação, miséria e fome, cada vez mais visíveis e assustadores frente a pandemia da COVID-19.

Na assertiva de Viana e Oliveira,

A agricultura sustentável está ancorada no aprimoramento de técnicas, de métodos e de processos que possibilitem as condições de produção e sustentabilidade do processo produtivo e a independência dos produtores. Essa técnica e esses métodos e processos buscam preservar recursos naturais, poupam insumos e tornando a produção auto-sustentável, de modo a diminuir a dependência dos setores industrial, comercial e financeiro e possibilitar a retenção de um excedente econômico para os produtores rurais (2012, p. 201).

Historicamente, no cotidiano e vida concreta de mulheres, a agroecologia foi e continua sendo a garantia de soberania alimentar, da produção de alimentos suficientes e

saudáveis, seja em seus quintais, hortas comunitárias cujo excedente pode ser comercializado nas comunidades nas quais estão inseridas, a preços acessíveis ou doações que auxiliam na manutenção desses espaços e garantem alimentação saudável e de baixo custo. São pequenas quantidades de produtos que comercializados porta a porta estimulam as relações sociais e laços de coletividade, atuando como uma teia de sustentação, proteção e coletividades partilhadas. Sem esquecer as feiras e entrega de cestas que propiciam uma independência financeira para as mulheres, dando-lhes visibilidade no escoamento da produção articulada por mulheres.

Aqui ressaltamos que a categoria mulheres não pretende se basear em premissas universalistas apenas relacionadas a experiências ligadas à feminilidade, maternidade, sexualidade, ou outros, pois teríamos uma definição normativa excludente (BUTLER, 2005, p. 34). Butler, diante da assertiva de que a noção de mulheres não tem um conteúdo cristalizado, propõe então um conjunto de encontros dialógicos diante de mulheres diferentemente posicionadas articuladas na teia de sustentação e coalizão emergente (BUTLER, 2005, p. 35). Essa coalizão pode ocorrer em diferentes situações como na produção ecológica, no nutrir e cuidar, na solidariedade de mulheres com mulheres vítimas de violências. Ciommo observa essas relações:

[...] podemos conscientemente escolher a aceitação da conexão mulher-natureza, participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da doação da vida tem consequências profundas para a ecologia e para as mulheres (CIOMMO, 2003, p. 424).

Quando essa teia de sustentação é construída, reflexões e debates sobre o modo capitalista da produção, sobre o patriarcado que dia após dia impôs a violência contra as mulheres, lançando muitas a subalternidade quando não a morte, são trazidos à tona pela coletividade que atua como estrutura base para que essas mulheres se sintam seguras em suas casas, com a segurança necessária para desenvolver suas atividades e manter sua liberdade, sem a sobrecarga de trabalho dos afazeres domésticos. Nesse processo, percebe-se o quanto a heterossexualidade compulsória³ retirou o poder das mulheres enquanto uma agência política motivada (RICH, 1980). Na agroecologia esse poder pode retornar as mulheres para mudanças significativas para a dignidade humana.

³ Para Rich, a categoria refere-se a um feixe difuso de forças que inclui a brutalidade dos homens como normal até o controle da consciência. As mulheres são consideradas presas sexuais naturais e inevitáveis.

A socialização da mulheres reforça a sensibilidade, a solidariedade e a ‘gratuidade’, conceito fundamental da cultura feminina, o que daria a elas a responsabilidade de promover um impacto sociocultural revolucionário, criativo, em todas as áreas da existência, nas relações pessoais, nas amorosas, nas profissionais, de trabalho e nas decisões políticas, em que se decidem a paz e a sobrevivência das espécies. (CIOMMO, 439)

As possibilidades de tecer e retecer essas ligações entre mulheres podem ser possíveis por meio da agroecologia? Como desafiar a heterossexualidade compulsória nesses espaços? Como as políticas estruturais inferem nessas relações e como podem melhorar a vida de mulheres e homens no campo?

AGROECOLOGIA: efetivações políticas

A agroecologia é um meio que leva a compreensão de que se faz necessário promover o entendimento que o patriarcado edificou suas bases de modo a fortalecer o sistema capitalista, aproveitando de fraturas como as desigualdades para agenciamento da exploração do trabalho das mulheres, de modo que as mesmas se sintam culpadas ao mais leve resquício de se sentirem inúteis. Por essa razão, perceber e denunciar as variadas formas de violência e controle sobre as mulheres, suas vidas, seus corpos, sua sexualidade, seu trabalho, sua independência financeira, que sorrateiramente são elementos uteis ao capitalismo para sua manutenção, enquanto um sistema hegemônico e cujo controle é poder, e são especificamente masculinos. É fundamental entender que, as mulheres, histórico temporalmente sempre tiveram e tem ampla participação nos processos de produção da economia familiar agrícola camponesa, na agricultura familiar, na organização produtiva que envolve a agroecologia. A Cúpula dos Povos em 2012, coloca a agroecologia, a soberania alimentar e o feminismo como o tripé, como eixos para a construção de paradigmas para a sustentabilidade e igualdade social.

Quanto a definição do que seja a agroecologia, não temos uma definição consolidada, mas sabe-se que já emergia em 1930. Trata-se de uma construção recente, que ganha corpo no pós Revolução Verde, e vem se afirmando como alternativa viável que abrange um conjunto significativo e amplo de conhecimentos sistematizados com base nas práticas, técnicas e saberes que “ incorporaram princípios ecológicos e de valores culturais as práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42).

Para o autor, quando em 1960, a crise ambiente se torna emergente, exigindo, por parte da sociedade mudanças profundas, duradouras e efetivas que englobem a ética e a diversidade, os diferentes modos de produzir alimentos, contemplando a valorização e o cuidado com a biocapacidade da natureza, ou como pondera Leff (2002), de uma racionalidade possível e de um saber ambiental baseado nos saberes tradicionais e no diálogo, consolidando processos de produção menos deletérios ao humano e ao meio ambiente.

O uso do termo agroecologia vai se popularizando a partir de trabalhos produzidos por Miguel Altieri a partir dos anos de 1980 – vertente americana. Na Espanha, em Andaluzia ganhou corpo a definição mais sociológica que caracteriza a agroecologia do campesinato. Foi na década de 1970 que no Brasil um grupo de intelectuais, pioneiros na críticas a Revolução Verde, como José Lutzemberg, um dos pioneiros na denúncia dos malefícios do agrotóxico; Adilson Paschoal que estudou os efeitos dos agrotóxicos para os ecossistemas; Ana Primavesi pioneira em considerar o solo um organismo vivo; Luiz Carlos Pinheiro Machado difundindo o pastoreio racional e Sebastião Pinheiro denunciando as contaminações dos agrotóxicos e o desenvolvimento de tecnologias (GUHUR; TONÁ, 2012, p.61).

E foi nos anos finais da década de 1980 e mais intensamente nos anos 2000, que a agroecologia ganha força com “ os movimentos sociais populares do campo, em especial aqueles vinculados a Via Campesina, incorporaram o debate agroecológico a sua estratégia política e passaram a dar contribuições importantes” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 61).

Falar em mulheres e agroecologia é falar também de políticas públicas visando o apoio à agricultura familiar. Em conformidade com levantamentos e estudos da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, o país enfrenta uma grave crise econômica com altos índices de desemprego, o que gera riscos elevados de insegurança e escassez alimentar para a grande parte da população, e em especial, para as mulheres que enfrentam a sobrecarga de trabalho, agravando ainda mais os índices de violência a qual são submetidas no interior de suas casas e ambientes de trabalho.

É através do grupo de trabalho de mulheres que a ANA, busca reunir e organizar ações de mulheres que visem a construir e definir objetivos e estratégias de políticas públicas com base no trabalho e experiência de mulheres com a agroecologia nos mais variados contextos sociopolíticos, socioambientais e socioeconômicos no Brasil. Também na América Latina, ou seja, não se trata apenas de uma questão ímpar, pois

A questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, do aparato do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa (LEFF, 2006, p. 281).

O que temos acompanhado diariamente pelos noticiários é o descrédito, é a desestruturação do conhecimento, o desmonte das políticas públicas em esferas Estadual e Federal, em especial aquelas direcionadas para populações com alto risco de vulnerabilidade social e para a agricultura familiar. As bases contidas no Sistema Único de Saúde no que concerne à alimentação e nutrição são atacadas e a cada dia mais sarrupriadas, gerando mais insegurança, e, urge mobilizar e reverter essa sangria desenfreada no corte de orçamentos das políticas públicas federais cujas rebarbas são distribuídas aos estados e municípios, onde a gestão pública de orçamentos é fundamental, mas demasiada escassa.

Se por um lado, a pandemia evidenciou a importância de um Sistema Único de Saúde bem estruturado e com orçamento suficiente para suprir suas demandas, as políticas sociais e o acesso ao alimento saudável sofreu graves impactos, em muito, amenizados pelas ações de solidariedade de coletivos, movimentos sociais e pequenos produtores garantindo o acesso ao alimento, e na ponta dessa cadeia de desmonte e ao mesmo tempo de solidariedade, encontram-se as mulheres.

Por outro lado, entende-se que é possível o enfrentamento e fortalecimento do estado democrático e de direito, em todos os níveis e setores da administração pública e suas áreas de atuação. Reconhecer as iniciativas da sociedade civil, organizar, estabelecer e implantar projetos e propostas de políticas públicas capazes de suprir as demandas que visam medidas e tomadas de decisões urgentes, como o incentivo, produção e comercialização de produtos da base alimentar, livres de produtos com altos índices de toxicidade e contaminação por agrotóxicos e transgênicos, promovendo o bem estar alimentar e o direito a uma refeição saudável e adequada para a população.

Quando pensamos em políticas públicas, cabe aos governos municipais favorecer e apoiar efetivamente a produção diversificada de alimentos em áreas urbanas e rurais, com o viés de garantias de segurança alimentar e nutricional, com vistas a redução das necessidades de um abastecimento, de maneira a democratizar o acesso e gerar oportunidades de trabalho e renda para pequenos produtores com incentivos a agroecologia, com garantias de renda para a agricultura familiar.

As comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária podem suprir demandas com respostas rápidas e abastecimento satisfatório com preços justos e adequados e produção diversificada. Mas, isso requer a atenção de gestores públicos, porém constata-se que historicamente no Brasil, as áreas rurais recebem pouca atenção quando não atendem aos requisitos exigidos pelo agronegócio. Todo potencial de produção são atribuídos as grandes propriedades agroexportadoras e a monocultura, não dispendo da mesma confiança sobre o potencial da agricultura familiar, agricultura urbana como um caminho para produção e segurança alimentar de modo a referenciar as políticas públicas.

Por essas e outras razões que é importante implantar políticas apoiadas nos princípios da Carta da Terra. Políticas que promovendo e apoiando a preservação ambiental, a preservação de fontes e nascentes de água, do cuidado com a biodiversidade, da atenção as matas e florestas; no contexto das mudanças climáticas e suas implicações para a saúde, como nos processos de transições de vírus, como do COVID 19, bactérias, microrganismos desconhecidos pelos humanos, que tem se agravado com o desmatamento e queimadas, levando a escassez de água potável e problemas relacionados a saúde respiratória mediante ao comprometimento da qualidade do ar.

No dicionário do campo, no verbete sobre a agrobiodiversidade, consta que

A vida sempre depende de outras vidas. É a chamada cadeia trófica (ou cadeia alimentar). Quando se interrompe uma cadeia biológica com uma monocultura, por exemplo, todo o bioma é agredido; todos os indivíduos e as espécies que estão inter-relacionados são destruídos. Assim, a agrobiodiversidade é um pressuposto, uma condição para a existência de vida no campo e, por consequência, na natureza, no mundo (MACHADO, 2012, p. 48).

Se atentarmos para o fato que a biodiversidade é um sistema que se regenera de acordo com o grau de resiliência das espécies temos que atentar também para a expansão agrícola que está em curso no país, que

Com a destruição do bioma original, agredindo-o e transformando-o em monoculturas – de grãos, ou de bovinos, ou de árvores – é uma severa agressão à biodiversidade. As monoculturas, vegetais ou animais, são, pois, axiomáticamente indesejáveis. A monocultura é a antítese da agrobiodiversidade. A sustentabilidade do planeta, concebida em seus mais amplos limites, começa pelo respeito e a proteção da agrobiodiversidade. Protege-la é dever de todos e obrigação de cada um. Isso significa que as técnicas utilizadas no processo de produção agrícola devem se pautar pela proteção a biodiversidade[...] (MACHADO, 2012, p. 49).

Mediante as ações e estudos da Associação Nacional de Agroecologia -ANA, é possível a identificação de políticas e programas, na ordem municipal, de orçã recursos para o fomento a produção e apoio a agroecologia, feiras e espaços de comercialização dos produtos em compras institucionais, fortalecendo a geração de renda pela agricultura familiar, bem com a instituição de políticas que visam a proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais e assentamentos, no reconhecimento e proteção de seus territórios. No incentivo e renda para grupos de mulheres, organizadas ou não em cooperativas, que em coletivos produzem alimentos utilizados na alimentação escolar e educação nutricional nas escolas.

Mesmo que ações como essas sejam ainda insipientes, elas sinalizam para mudanças, como registrar experiencias das políticas municipais para agroecologia, produtos orgânicos e artesanais, recuperação de margens ciliares e de fontes de água, feiras de sementes crioulas e sobre cultivo e uso de plantas medicinais, com base na democracia participativa.

As pesquisas da ANA são de grande relevância, pois apontam para as possibilidade de instituir políticas públicas nos municípios, criando e fortalecendo laços e espaços de diálogo, através de fóruns, entre a administração pública e a sociedade, fortalecendo conselhos de segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar equilibrada e saudável, direito das mulheres, criação de feiras agroecológicas, pontos de venda e venda direta, acesso a serviços, viveiros de mudas e através de cursos de formação e conselhos estabelecer uma política de consumo e comercialização de alimentos solidária e feminista, com vale-feira para servidores públicos municipais, com moeda própria, contribuindo para a independência financeira das mulheres.

Mulheres na agroecologia e seus agenciamentos

A pandemia lançou muitas mulheres ao ostracismo cotidiano, ao desemprego, a exposição maior ao vírus e intensificando os trabalhos domésticos e cuidados com a família. O aumento do desemprego, da violência e morte, pode ser visto nas estatísticas apresentadas cotidianamente pelos meios de comunicação, e recai de maneira mais intensa sobre mulheres pobres, negras e indígenas.

Essas diferenças que produzem relações tão desiguais estão firmadas na ideologia que supervaloriza a heterocentricidade mesmo entre as feministas. Para Rich, “A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial,

contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade.” (p. 40) A experiência que aproxima mulheres não aduz a violência, crueldade, a brutalidade, medo e dor e sim elas reconhecem entre si a sua própria força e as possibilidades de amar com mutualidade e integralidade. Essa cosmologia está presente entre mulheres:

[...] apresenta a necessidade de uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como de suas expressões culturais, como fontes verdadeiras de nosso bem estar e felicidade. Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam a metáfora “re-tecer o mundo”, “curar as feridas”, religar e interligar a teia. (MIES; SHIVA, 1993, p. 15)

Essa nova cosmologia não é possível sob o regime de verdade da heterossexualidade compulsória, pois prescreve mandatos obrigatórios para comportamentos aceitáveis para as mulheres. Nesse modelo, homens asseguram o acesso sexual as mulheres implicando no reforço do poder dos homens. Rich lista algumas dessas características que mantem esse poder: 1. Ao negar a [própria] sexualidade das mulheres; 2. Ou forçá-las [à sexualidade masculina]; 3. Ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; 4. Ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; 5. Ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; 6. Ao usá-las como objetos em transações masculinas; 7. Ao restringir sua criatividade 8. Ao retirá-las de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade. (2010, p. 23-25)

Nestes séculos de ativismos feministas com críticas a modernidade, pois os preceitos da liberdade e igualdade não emanciparam muitas mulheres, a heterossexualidade as manteve dominadas nesse processo, com o poder de destruir e violentar, sobretudo, nos projetos (neo) colonialistas. A crise ambiental como a socioeconômica estão relacionadas a essa heterossexualidade, pois a mesma se funda na violência e associado ao capitalismo aquiesce a exploração masculina, acumulativa e destrutiva, com violência contra mulheres, crianças, sementes, plantas, animais, biodiversidade etc. Para Rich romper com isso:

Exigirá um entendimento corajoso da política e da economia, além da propaganda cultural da heterossexualidade para, assim, nos guiar para além dos casos individuais e das situações diversificadas de grupo em razão do tipo complexo de abrangência necessária para desfazer o poder

que os homens exercem sobre as mulheres em todos os lugares, o poder que se tornou modelar para todas as outras formas de exploração e controle ilegítimo.(p. 44)

Para Shiva, ao empoderar as mulheres na agroecologia como guardiãs do semear, das sementes e da biodiversidade elas figuram também como protagonistas em diversas culturas na luta por uma biocivilização. Esse novo modelo de civilidade advoga o fim do anterior construído sob as bases do patriarcado destruidor da natureza, voltado a desigualdade e a guerra. Na biocivilização se reduziria a dominação sobre a natureza e sobre as mulheres e minorias e se construiria sob base salutareis e responsáveis com a sustentabilidade. ⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade de mulheres relaciona-se a (re) integrar suas existências entre si a ao mundo natural, re-tecer o mundo, curar as feridas, religar e interligar a teia. Essas confluências femininas trazem até nós experiências que devem e podem nos afetar desde que estejamos convictos de que as relações mais amorosas e respeitadas nos convoquem para o cuidado integral com todas e todos bem como para com a natureza. Na heterossexualidade compulsória e no patriarcado não é possível visualizar e explorar novos caminhos para libertar o pensamento, dissolver grandes silêncios em relação as mulheres e rumar para a transformação em relação as misérias, desigualdades, o egoísmo, as guerras e o aquecimento e destruição do planeta.

Ao tratar de lutas de mulheres não nos referimos só as lutas identitárias tão em voga entre as feministas e a academia, mas de alianças das mulheres com as mulheres e com os povos marginalizados e da floresta, pois estamos escorregando em lutas que não constroem caminhos pela sustentabilidade. A agroecologia carrega essas alianças consigo.

Outrossim, a construção de novas relações com afetos de responsabilidade para com o tempo presente e o futuro implica na resistência à simplificação mutiladora contemporânea em relação a equidade, igualdade de gênero e suas relações com a

⁴ <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/555892-mulheres-leitoras-do-presente-e-precursoras-da-biocivilizacao-entrevista-com-vandana-shiva>.

sustentabilidade, justiça socioambiental, recuperação de ecossistemas frágeis e a segurança alimentar nos diferentes espaços institucionais com base em discussões interdisciplinares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ANA- Articulação Nacional de Agroecologia. **Mulheres construindo a agroecologia. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2005.

CIOMMO, Regina Célia di. Relações de Gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis 11 (2) julho-dezembro, 2003, p. 423-443.

MIES, Mara; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Trad. Fernando Dias Anntunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

GUHUR, Dominique M P; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Maria Yedda e TEXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Luiz Carlos P. Agrobiodiversidade. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MACHIN, Sosa, Braulio...et all. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. / Braulio Machín Sosa, Adilén Maria Roque Jaime, Dana Rocio Ávila Lozano, Peter Michael Rosset, tradução Ana Corbesier. 1ª ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MIES, Mara; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Trad. Fernando Dias Anntunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17- 44.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

VIANA, Rosa M^a; OLIVEIRA Sandra de Fatima. Princípios de educação ambiental para a agricultura sustentável. In: MENDONÇA, Marcelo R. (org.). **Agroecologia: Práticas e Saberes**. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.